

09/03/1970

CONTRATO

Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e esgotos sanitários que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE VERDEJANTE - PE**, no Estado de Pernambuco, e o **SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S.A - SANEPE**.

Aos nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta, o **MUNICÍPIO DE VERDEJANTE - PE**, Estado de Pernambuco, representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr. LUIZ MONTEIRO DE LIMA, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 113 de 05 de março no ano de mil novecentos e setenta, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e o **SANEAMENTO DO INTERIOR PERNAMBUCANO S.A**, doravante denominado **SANEPE**, representado pelo seu Diretor Presidente, Engº. Miguel Angelo Brackenfeld Lopes Afonso, presentes na sede do (a) **SANEPE** resolveram firmar o presente Contrato de Concessão dos serviços de Abastecimento em água e de esgotos sanitários no **MUNICÍPIO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA (DA VIGÊNCIA). A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

Passa a ser considerada como **ÁREA DE ABRANGÊNCIA** da prestação de serviços, todo o território municipal, classificando-o em **ÁREA URBANA** e **ÁREA RURAL**. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 1º Na **ÁREA URBANA** a **COMPESA** será PRESTADORA DOS SERVIÇOS, nos termos da legislação. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 2º Na **ÁREA RURAL** a **COMPESA** será prestadora ou desempenhará determinadas funções, como de apoiar prestador instituído pela própria comunidade. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 3º Na **ÁREA RURAL**, a atuação da **COMPESA**, dar-se-á sem prejuízo da atuação de outros órgãos que atuam para este fim. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 4º A **COMPESA** apoiará o desenvolvimento da **POLÍTICA DE SANEAMENTO RURAL**, nos moldes estabelecidos no Protocolo de Intenções, assinado pela Secretaria De Infraestrutura E Recursos Hídricos - Seinfra, a Secretaria De Desenvolvimento Agrário - SDA e a Companhia Pernambucana

De Saneamento - Compesa, no dia 03 de fevereiro de 2021, da Portaria Conjunta nº 19/2020, e demais instrumentos que sejam formalizados. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

§ 5º. A **ÁREA URBANA** compreende a sede, que está estabelecida nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

CLÁUSULA 2ª - A **SANEPE** explorara industrialmente os serviços referentes na clausula anterior, diretamente ou mediante Contrato celebrado para entidades públicas ou privadas.

CLÁUSULA 3ª - Os recursos consignados nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal e aqueles oriundos da **SUDENE**, bem assim as contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, para a execução de obras e serviços de água e esgotos sanitários, serão entregues à **SANEPE**, que poderá executar os serviços diretamente ou contrata-los com entidades públicas ou privadas.

Parágrafo Único - O **TITULAR DOS SERVIÇOS** poderá contribuir com recursos, principalmente para o atendimento da **ÁREA RURAL**, objetivando a implantação ou ampliação dos serviços, com a finalidade de antecipar o atingimento dos objetivos e das metas dos serviços. (N.R conforme SEGUNDO TERMO ADITIVO)

CLÁUSULA 4ª - Para a construção ou ampliação dos dois sistemas, poderá a **SANEPE** realizar operações de crédito com entidades financeiras nacionais ou internacionais.

CLÁUSULA 5ª - Quaisquer obras a serem executadas nos serviços ora concedido, visando ampliações e melhoramentos, serão previamente projetadas e orçadas pela **SANEPE**, com os recursos que para tal fim forem destinados.

CLÁUSULA QUINTA-BIS (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato). A **CONTRATADA**, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir: (N.R)

- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da **LNSB - LEI NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO** (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização; (N.R)
- II. - com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da **LNSB**, caso Norma de

Referência emitida pela **ANA** considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020. (N.R)

§ 1º. O disposto no caput desta **CLÁUSULA** será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela **ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO**, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela **ARPE - AGÊNCIA REGULADORA DE PERNAMBUCO**. (N.R)

§ 2º. A **CONTRATADA** assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato. (N.R)

§ 3º. - No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a **NORMA DE REFERÊNCIA N° 2, DA ANA**, ficam estabelecidas: (N.R)

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§ 4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços. (N.R)

§ 5º. A **COMPESA** assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da **ANA** e da **ARPE**, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro. (N.R)

§ 6º. No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da **NORMA DE REFERÊNCIA N° 2, DA ANA**, considera-se: (N.R)

I . O **INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IUA)** será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR de serviços})$ (N.R)

II . O INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE COLETA DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUE) será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR de serviços})$ (N.R)

III . O INDICADOR DE UNIVERSALIZAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS SANITÁRIOS (IUT) será medido pela seguinte fórmula: (N.R)

$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR de serviços})$ (N.R)

Parágrafo Único - Sempre que tais obras resultarem de solicitações do **MUNICÍPIO**, devesse este último prover os recursos necessários, de acordo com o projeto e orçamento elaborado pela **SANEPE**.

CLÁUSULA 6ª - A **SANEPE** se obriga a operar o sistema dentro das condições técnicas do projeto, salvo em caso de acidente imprevisível, que devesse, no tempo oportuno, ser levado ao conhecimento do **MUNICÍPIO**, a fim de que, em comum acordo, sejam tomadas as providências para a normalização do abastecimento público.

CLÁUSULA 7ª - O acervo constituídos pelos equipamentos, obras, tubulações, imóveis e outros bens existentes no **MUNICÍPIO** e de sua comprava propriedade, a serem utilizados pela **SANEPE** nos serviços concedidos, serão restituídos ao **MUNICÍPIO**:

- a) - No fim do prazo da concessão;
- b) - No caso de rescisão do Contrato;
- c) - No caso de liquidação da **SANEPE**.

CLÁUSULA 8ª - Os bens constituídos por obras equipamentos, tubulações, imóveis e outros bens que pertencerem ao **MUNICÍPIO**, na data em que entrar em vigor este Contrato e destinados ao serviço de abastecimento d'água ou ao sistema de esgotos sanitários, passarão ao domínio útil da **SANEPE** e a sua incorporação, mediante participação societária do **MUNICÍPIO**, far-se-á após a sua exata descrição e avaliação, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 2.627 de 25/04/1949, dentro do prazo máximo de 12 meses.

CLÁUSULA 9ª - Os bens de que trata a cláusula anterior, findo o prazo de concessão a não sendo estre prorrogado, ou em caso de rescisão do Contrato, serão restituídos ao **MUNICÍPIO**, como reembolso das ações por ele subscritas em decorrência da incorporação de tais bens ao patrimônio da **SANEPE**, sem qualquer indenização pela sua depreciação natural.

Parágrafo Único - Ocorrendo uma das suas situações previstas nesta cláusula, o **MUNICÍPIO** indenizará a **SANEPE**, em moeda correntes, pelos valores reais dos investimentos que tenham sido feitos pela **SANEPE** ou os que tenham sido feitos pela **SANEPE** ou os que tenham sido feitos sob a forma de participação societária pelo Governo Estadual, através do **FUNDESPE**, pelo Governo Federal, através da **SUDENE** ou de outros Órgãos, e por qualquer outra entidade pública ou, privada, após avaliados por uma Comissão de avaliação de bens, que será formada por um representante da **SANEPE**, um representante do **FUNDESPE** e um representante do Governo Municipal.

CLÁUSULA 10ª - A classificação dos serviços de água e esgotos sanitários, as tarifas respectivas e as condições para a sua concessão aos usuários serão atribuição exclusiva da **SANEPE**.

Parágrafo primeiro - As tarifas serão fixadas em termos de percentuais sobre o salário mínimo vigente no Recife, de modo que a receita atenda à amortização do investimento, ao pagamento dos custos de operação e manutenção e à formação de reservas para o financiamento da expansão dos serviços.

Parágrafo Segundo - A taxa mínima do serviço de água, para consumidores domiciliares, não poderá ser superior a 5% do salário vigente no Recife, para o consumo mensal de 15m³.

Parágrafo terceiro - O consumo de água dos edifícios, torneiras públicas, jardins, etc., de responsabilidade do **MUNICÍPIO**, será pago pela tarifa domiciliar.

Parágrafo Quarto - As taxas dos serviços de esgotos sanitários serão fixadas em função do consumo de água.

CLÁUSULA 11ª - A **SANEPE** arrecadará as importâncias devidas pela prestação dos seus serviços.

CLÁUSULA 12ª - A **SANEPE** efetuará os cortes da ligações dos consumidores que atrasarem por mais de 30 (trinta) dias o pagamento das tarifas devidas.

Parágrafo Único - O pagamento das tarifas, não efetuados dentro do prazo de 15 (quinze) dias seguintes à apresentação da conta, será acrescido da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da importância devida.

CLÁUSULA 13ª - Caberá a **SANEPE** promover a desapropriação de bens particulares, declarados de utilidade pública,

necessários à execução das obras ou serviços de sua atribuição.

Parágrafo Único - Caberá ao Prefeito Municipal ou ao Governador do Estado, mediante decreto, declarar, para efeito de desapropriação, ser o bem de utilidade pública.

CLÁUSULA 14ª - O **MUNICÍPIO** executará, por solicitação da **SANEPE**, os serviços de sua alçada que se tornem necessários para a proteção dos elementos dos dois sistemas.

CLÁUSULA 15ª - O **MUNICÍPIO** se obriga a impedir, por meio de legislação adequada e fiscalização afetiva, qualquer obra ou atividade que venha a pôr em perigo um ou mais elementos dos dois sistemas com especial atenção as obras e atividades que possa causar contaminação do sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA 16ª - O **MUNICÍPIO** se obriga a conceder através da Lei a inserção de todos os impostos, taxas e tributos Municipais, de qualquer natureza, que incidam sobre bens e serviços da **SANEPE**.

CLÁUSULA 17ª - O **MUNICÍPIO** executará a recomposição da pavimentação das ruas danificadas em virtude das obras de construção de ramais domiciliares, comerciais ou industriais, cobrando se julgar conveniente, o seu custo diretamente dos beneficiados pelos serviços. No caso da recomposição no pavimento das ruas danificadas em consequência de vazamentos ou estouramentos da rede distribuidora, o **MUNICÍPIO** efetuará os serviços, cobrando o seu custo à **SANEPE**.

CLÁUSULA 18ª - No caso de ser necessário fazer alterações no nivelamento das ruas ou nos seus traçados, que exijam correspondentes alterações ou remoções de canalizações, as despesas com tais serviços e obras correrão por conta do **MUNICÍPIO** ou dos interessados em tais alterações.

CLÁUSULA 19ª - Não será fornecida água, nem serão prestados serviços de esgotos sanitários, gratuitamente, a nenhum prédio ou propriedade pública ou privada.

CLÁUSULA 20ª - As taxas e tarifas devidas pelo **MUNICÍPIO**, por serviços prestados pela **SANEPE**, serão pagas dentro dos 30 (trinta) dias seguintes apresentação das respectivas contas.

Parágrafo Primeiro - Será de responsabilidade do **MUNICÍPIO** o pagamento das contribuições devidas por banheiros, lavandarias, fontes, torneiras públicas, bem como as devidas pelos ramais de esgotos sanitários que sirvam a estas e a quaisquer outras instalações sanitárias de uso público, que estejam sob controle administrativo Municipal.

Parágrafo Segundo - O **MUNICÍPIO** oferecerá em caução as suas ações subscritas na **SANEPE** e respectivos dividendos como garantia das obrigações assumidas neste Contrato, especialmente quanto ao pagamento correspondente aos serviços prestados pela **SANEPE**.

CLÁUSULA 21ª - A **SANEPE** não se responsabilizará pelas interrupções do fornecimento de água ou do funcionamento do serviço de esgotos sanitários, decorrentes de motivos de força maior, tais como: greves, inundações, acidentes, incêndios, comoção pública, guerra, etc.

CLÁUSULA 22ª - Caberá à **SANEPE** o direito de inspecionar as instalações hidráulicas e sanitárias dos prédios ou propriedades a serem ligados à rede de esgotos sanitários, podendo recusar a concessão dos serviços aqueles cujas instalações não preencheram as condições necessárias à garantia da sua adequada de utilização.

Parágrafo Único - Caberá ainda à **SANEPE** aprovar, na parte concernente às instalações hidráulicas e sanitárias, os projetos dos prédios a serem construídos, bem como fiscalizar a execução de tais instalações.

CLÁUSULA 23ª - A **SANEPE** não se obriga pelo pagamento de quaisquer débitos contraídos pelo **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA 24ª - A **SANEPE** manterá no **MUNICÍPIO** um Escritório para administração dos serviços locais.

CLÁUSULA 25ª - A **SANEPE** poderá reinvestir no **MUNICÍPIO**, na medida das necessidades, até cinquenta por cento dos lucros líquidos nele obtidos com a exploração dos serviços concedidos.

CLÁUSULA 26ª - É concedido à **SANEPE** o direito de exclusividade para a exploração dos sistemas completos de água e de esgotos sanitários em qualquer distrito ou vila do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA 27ª - A **SANEPE** não poderá transferir a concessão sem previa autorização do **MUNICÍPIO** e do Governo Estadual através da Secretária de Obras e Serviços Públicos (SOSP).

CLÁUSULA 28ª - A **SANEPE** poderá utilizar os terrenos de domínio público e estabelecer as servidões nos mesmo através das estradas, caminhos e vias públicas, submetendo-se toda via aos regulamentos administrativos.

CLÁUSULA 29ª - Poderá a **SANEPE** estabelecer servidões permanentes ou temporárias exigidas para as obras que tiver de exercer.

CLÁUSULA 30ª - Este Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo nos seguintes casos:

- a) - mútuo acordo entre o **MUNICÍPIO** e a **SANEPE**;
- b) - inadimplemento das suas cláusulas;
- c) - liquidação da **SANEPE**;
- d) - por comprovado interesse público.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (ARBITRAGEM). Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela **CAMARB - CÂMARA DE ARBITRAGEM EMPRESARIAL - BRASIL**, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem. (N.R)

§ 1º. A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência. (N.R)

§ 2º. O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa. (N.R)

§ 3º. As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento. (N.R)

§ 4º. A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da **CAMARB**, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento. (N.R)

§ 5º. O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável. (N.R)

E, por estarem assim justos e contratados, mandaram lavrar o presente instrumento em três (3) vias de igual teor que assinam juntamente com as testemunhas abaixo, estando o mesmo isento de selo "ex-vi-Legis", ficando eleito o fôro da cidade do Recife, renunciando as partes, desde já, a outro qualquer.

Recife, 09 de março de 1970

Luiz Monteiro de Lima
Prefeito Municipal



50 anos de
dedicação a você.

Secretaria de
Infraestrutura
e Recursos Hídricos



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

Miguel Angelo Brenckenfeld Lopes Afonso
Diretor-Presidente da SANEPE

TESTEMUNHAS